

RALED

VOL. 18 (1) 2018



ARTÍCULO

“Crescei e multiplicai-vos”: a reprodução, o casamento igualitário e a Câmara Federal, uma análise linguística

“Grow and multiply”: the reproduction, the equal marriage and the Federal Chamber, a linguistic analysis

EMMANUEL HENRIQUE SOUZA RODRIGUES

Universidade de Brasília – UnB
União Pioneira de Integração Social – UPIS
Brasil

VIVIANE CRISTINA VIEIRA

Universidade de Brasília – UnB
Brasil

Recibido: 24 de febrero de 2018 | Aceptado: 7 de junio de 2018

RESUMEN

En el Brasil contemporáneo se confunden los conceptos de laicidad y secularización, una vez que nuestra separación entre público y privado se desarrolló, en nuestra modernidad, de una forma que hay una confusión entre los dos espacios. Eso se verifica en el análisis de los discursos parlamentares durante la 54ª legislatura cuando se ha tratado del matrimonio igualitario. El Análisis de Discurso Crítico, así como la Lingüística Sistémico-Funcional y una lectura sociológica crítica, son elementos ricos con los cuales es posible observar cómo tales prácticas sociales se materializan en los discursos. La ocurrencia de discursos acerca de la reproducción humana en ese contexto, con fondo dogmático religioso, es muy importante en ese recorte.

PALABRAS CLAVE: *Laicidad y Secularización en Brasil; Análisis de Discurso Crítico; Discursos parlamentares.*

RESUMO

No Brasil contemporâneo se confundem os conceitos de laicidade e de secularização, uma vez que a separação entre o público e o privado se desenvolveu, em nossa modernidade, de uma forma em que há uma confusão entre os dois espaços. Isso é verificável na análise dos discursos parlamentares durante a 54ª legislatura, quando se tratou do casamento igualitário. A Análise de Discurso Crítico, bem como a Linguística Sistémico-Funcional e uma leitura sociológica crítica, oferecem elementos teórico-analíticos ricos com os quais é possível observar como tais práticas sociais se materializam nos discursos. A prevalência de discursos sobre reprodução humana nesse contexto, com fundo dogmático religioso, é mister nesse recorte.

PALAVRAS CHAVE: *Laicidade e Secularização no Brasil; Análise de Discurso Crítico; Discursos parlamentares.*

ABSTRACT

Nowadays, in Brazil, the concepts of secularization and laïcité are confused, since our separation between the public and the private has developed, in our modernity, in a way that there is a confusion between the two spaces. This is verifiable in the analysis of parliamentary discourses during the 54th legislature when they talk about egalitarian marriage. Critical Discourse Analysis, as well as Systemic-Functional Linguistics and a critical sociological reading, are rich elements with which it is possible to observe how such social practices materialize in discourses. The prevalence of discourses on human reproduction in this context, with a religious dogmatic background, is a highlight in this clipping.

KEYWORDS: *Laïcité and Secularization in Brazil; Critical Discourse Analysis; Parliamentary speeches.*

Introdução

Neste artigo trazemos um recorte, com ampliação teórica, da pesquisa de mestrado de RODRIGUES (2016). O *corpus* da dissertação é indicado a partir de sua questão central: “como se deu a relação, mediada pela linguagem, entre a religião e a política nos discursos parlamentares pronunciados na tribuna da Câmara Federal durante a 54ª legislatura (2010-2014), quando foi tratado o tema do casamento igualitário?”.

O olhar sobre esse objeto possibilitou descobertas interessantes, das quais citamos pelo menos quatro: (1) há uma proeminência de temas religiosos em todos os discursos, mesmo nos discursos favoráveis ao casamento igualitário; (2) há um número diminuto de discursos favoráveis; (3) há apenas uma voz feminina que trata do tema; (4) ao tratar do tema casamento igualitário, os parlamentares repetidamente recorrem ao argumento da reprodução humana. Este último ponto é a temática deste artigo. Apresentaremos um desdobramento da pesquisa de mestrado, fruto de reflexões posteriores sobre o tema, que é um olhar não apresentado na dissertação: a interdiscursividade é uma categoria analítica significativa para análise do *corpus*.

Este é um trabalho de Linguística, numa perspectiva sociologicamente orientada, crítica. Desta forma é um trabalho que enfoca um debate sociológico, numa análise linguisticamente orientada, com os dois estratos analíticos do objeto: o linguístico e o sociológico, inseridos numa perspectiva de Análise de Discurso Crítica (ADC), que se utiliza das ferramentas da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) para a análise semiótico-discursiva. Esta pesquisa usa a concepção de linguagem conforme Fairclough (FAIRCLOUGH 2003: 4)¹, que apresenta o discurso como “parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada com outros elementos da vida social, [de tal forma que] a análise e pesquisa social sempre têm que levar em conta a linguagem”. Também que a análise Linguística tem que levar em conta as suas interconexões com os demais elementos da vida social.

Dividimos metodologicamente este artigo em quatro pontos: (a) o contexto ontológico e epistemológico; (b) os discursos, que são objetos em si da análise; (c) a análise, apresentando as observações sobre os objetos; (d) considerações, na qual enfocamos elementos trazidos pela análise.

1. O contexto

Nesta seção trataremos do contexto dos discursos em análise e, na sequência, os discursos em si. Passamos pela apresentação da pauta do casamento igualitário e seguindo pelas relações religiosas no Brasil, para, por fim, chegar aos discursos, na seção 2 do artigo.

1 As citações que forem feitas de FAIRCLOUGH (2003) e demais obras em línguas estrangeiras são traduções livres para o português brasileiro.

1.1 A pauta do casamento igualitário

A primeira vez que no parlamento brasileiro foi proposto o casamento igualitário foi em 1995, por um projeto de lei da deputada Marta Suplicy para que fosse “assegurado a duas pessoas do mesmo sexo o reconhecimento de sua união civil, visando à proteção dos direitos à propriedade, à sucessão e dos demais regulados nesta Lei” (SUPLICY 1995: 5827). De lá para cá, várias vezes o tema apareceu nos discursos dos deputados e em um ou outro projeto de lei. Apesar de que “é severa a resistência dos advogados em atender ao segmento homossexual [, que] com a desculpa de que não existe lei, e que a Justiça não lhes reconhece direitos, desestimulam os clientes a buscarem a tutela jurídica” (DIAS 2009), vários juristas, também, defenderam tal pauta. Os avanços nos direitos homossexuais têm uma tendência a serem ampliados a partir da jurisprudência, não no Congresso, sobretudo nos últimos tempos com uma escalada conservadora do parlamento (DIAP 2014). De fato, a pauta do casamento igualitário tem dois marcos fundamentais: (1) a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a validade da união estável para pessoas do mesmo sexo, em maio de 2011; (2) a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estendendo a jurisprudência sobre a união estável também para o casamento igualitário, em maio de 2013.

Esses marcos mobilizaram diversos discursos na Câmara Federal, entre eles o do deputado Takayama, que felicita um juiz que deixou de celebrar um casamento e, por isso, entregou o cargo. O discurso do deputado Takayama, do PSC, que em discurso proferido em 2013 tem um tom religioso quando fala sobre essa felicitação: “concordo e acho muito corajosa a decisão do Juiz José Gregório Bento. [...] Quando a lei dos homens vai de encontro à lei de Deus, cabe aos que se dizem cristãos tomarem a decisão correta” (TAKAYAMA 2013).

1.2 As relações religiosas no Brasil

Nesta subseção apresento (i) o contexto transdisciplinar da pesquisa, (ii) a abordagem das modernidades múltiplas e (iii) a separação entre público e privado para, por fim, chegar na (iv) questão da laicidade e secularização específicas do Brasil.

1.2.1. Os diálogos de inter e transdisciplinaridade

A proposta de Fairclough (2001, 2003; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH 1999), na qual este trabalho se baseia, objetiva “reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político para o discurso e a linguagem” (FAIRCLOUGH 2001: 89). Isso é possível graças a uma postura transdisciplinar, característica das pesquisas em ADC. A ADC é uma forma de pesquisa interdisciplinar, propondo que “o encontro e o diálogo entre diferentes disciplinas, em questões particulares da pesquisa, devem ser abordadas no espírito de desenvolvimento das categorias teóricas, métodos de análise, agendas de pesquisa etc. de uma disciplina, enquanto trabalha com a ‘lógica’ da outra” (FAIRCLOUGH 2003: 225). A partir disso, a Sociologia se torna essencial para entender como se dão as construções linguísticas e que interações sociais elas materializam nessa abordagem que temos.

1.2.2 *As modernidades múltiplas*

A perspectiva que adotamos vem de Tavolaro (2005, 2014), que aborda as características próprias da modernidade dentro de uma perspectiva de “modernidades múltiplas” e propõe-nas para a análise de como a modernidade se desenvolve no Brasil. Segundo Tavolaro, o Brasil está inserido num “terceiro giro modernizador” que o mundo vive, caracterizado pelo capitalismo financeiro e pela complexidade e pluralidade. Como aponta Domingues, que toma uma postura semelhante à de Tavolaro, “vivemos em uma civilização moderna global, que é agora extremamente heterogênea” (DOMINGUES 2011: 77).

“A noção de ‘modernidades múltiplas’ denota uma certa visão do mundo contemporâneo – também da história e das características da era moderna – que contraria as visões desde há muito prevalentes no discurso acadêmico e geral” (EISENSTADT 2001: 139), de que haveria uma única forma de desenvolvimento possível e um único modelo de modernidade.

Esta noção propõe que estamos na modernidade tão aprofundada quanto todo o mundo está vivendo, numa modernidade tardia (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH 1999), mas uma modernidade diferente da alemã, russa, africana do sul ou colombiana. Cada parte do mundo tem características próprias quanto aos desenvolvimentos de sua modernidade, em suas singularidades (SOUZA 2000), ou giros modernizadores específicos (DOMINGUES 2011), que são mutáveis. Dessa forma, as realidades que vivemos são arranjos contingenciais, o que conflui para a perspectiva de mudança social apontada por Fairclough (2003, 2001).

1.2.3 *A separação entre o público e o privado e a esfera pública*

A separação entre o público e o privado é mister para a constituição de uma esfera pública e esses temas são essenciais para compreensão do objeto em análise. Começaremos com o conceito de esfera pública para, depois, falar sobre a separação entre o público e o privado, que é inerente à modernidade e, na sequência, chegar à laicidade e à secularização.

Em linhas gerais, a esfera pública é “o domínio da vida social no qual pessoas atuam como cidadãos” (FAIRCLOUGH 2003: 221). Se há uma esfera pública, há uma esfera privada, que, entretanto, não necessariamente lhe é oposta e complementar. Habermas discute a existência de uma multiplicidade de esferas públicas, em que os sujeitos estão permanentemente reestruturando suas relações e não apenas de uma esfera única totalizante. Há um grau de complexidade na sociedade que nos impede de vê-la de forma total. O fim do ideal da esfera pública única e singular faz com que passemos a observar a existência de arenas sobrepostas e conectadas, supranacionais, nacionais, regionais e locais (OLIVEIRA; FERNANDES 2011: 127).

Aplicando aqui a noção de modernidades múltiplas, entendemos que uma diferenciação entre a esfera pública e a privada pode ser parte de um determinado modelo de modernização. Essa diferenciação não é, porém, aplicável a todos os casos e de todos os modos, como prevê a perspectiva das modernidades múltiplas. Sobre essa dicotomia público e privado, ainda é importante frisar que

distinções entre público e privado têm tido um papel central, especialmente na teoria liberal – “o privado” sendo usado para referir-se a uma esfera ou esferas da vida social nas quais a

intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial, e “o público” para referir-se a uma esfera ou esferas vistas como geralmente ou justificadamente mais acessíveis (OKIN 2008: 306).

Okin segue numa defesa de que “os domínios da vida doméstica (pessoal) e da vida não-doméstica (pública) não podem ser interpretados isoladamente” (OKIN 2008: 305). É muito mais aplicável à realidade brasileira um paradigma de nebulosidade entre o que é público e o que é privado do que um de distanciamento entre uma concepção ou outra, como é entendido na obra de Habermas.

Essa separação influi diretamente sobre a secularização e a laicidade, uma vez que a secularização e a laicidade são a rejeição da religião à esfera privada, deixando a esfera pública longe de definições religiosas, que passam a ser vistas como pessoais; a laicidade está relacionada e diz respeito às instituições; à secularização; à sociedade – mais à frente desenvolvemos mais estes conceitos. Um caminho para entender como a religião se comporta na sociedade passa por

em vez de admitir como um pressuposto a privatização da prática religiosa — seu confinamento à esfera familiar —, trata-se de identificar as configurações específicas que as formas religiosas assumem em cada sociedade em função de seus modos particulares de produzir historicamente a diferenciação dessas esferas e articulá-las (MONTERO 2006: 49).

Embora uma leitura clássica possa apontar que, se não houver uma separação firme entre o público e o privado, uma sociedade não é moderna, ou seja, o grau de modernidade de uma sociedade “pode ser medido” pelo modo da separação entre o público e o privado que ela manifesta, Tavolaro (2005: 13) alerta que “não se pode qualificar nenhum desses cenários como mais ou menos representativo da modernidade”, mas apenas como diferenciações entre as sociedades. Diante disso, as modernidades múltiplas apresentam a possibilidade de diversas configurações da dicotomia público/privado, considerando essa nebulosidade que, como apresentado, é essencial levar em conta para compreender a realidade do Brasil.

1.2.4 A laicidade e a secularização

Há muita confusão entre o que é laicidade e o que é secularização. Embora a secularização possa ocasionar uma laicidade, bem como uma laicidade estimular uma secularização, não são conceitos sinônimos: “se toda a laicidade é uma secularização, nem toda a secularização é (ou foi) uma laicidade e, sobretudo, um laicismo” (CATROGA 2006: 273). Início abordando dois conceitos mais próximos, o de laicização e de laicismo para, dessa maneira, na sequência, chegar à noção do que é secularização. Conforme Ranquetat Jr. (2008),

A laicidade e a secularização são processos sociais distintos, conceitos heterogêneos. Apesar de ambos os processos ocorrerem no contexto da modernidade e se relacionarem fundamentalmente com a autonomização das diversas esferas da vida social do controle e tutela da religião (RANQUETAT Jr. 2008: 60).

Muito se tem debatido sobre Estado laico nos últimos tempos no Brasil, condição que o Estado brasileiro assume claramente em 1988 com a promulgação da Constituição Cidadã (BRASIL 1988); outros países assumem a mesma postura. Parte dos embates são decorrentes de uma não clareza do que é ser secular e do que é ser laico: essa é a justificativa para melhor destilar esses conceitos neste trabalho.

“Chamar-se-á laicidade à institucionalização da diferença entre o espiritual e o temporal, o Estado e a sociedade civil, o indivíduo e o cidadão” (CATROGA 2006: 284). Enfim, “é um processo social estreitamente relacionado com a esfera política. Refere-se à formação de um Estado desvinculado de qualquer grupo religioso e de um espaço público neutro em matéria religiosa” (RANQUETAT Jr. 2008: 63). Há, aqui, uma clara separação entre o público e o privado.

Em alguns debates, parlamentares brasileiros vêm afirmando que o Estado é laico, mas não é laicista (FELICIANO 2015)². Importa, então, esclarecer que laicismo refere-se, historicamente, a períodos quando a laicidade foi vivida “como um proselitismo, característica que, na maior parte dos casos, acabará por secundarizar a racionalidade crítica que o seu discurso manifesto proclamava” (CATROGA 2006: 322). Semelhante a essa crítica a um laicismo feita por Cátroga (2006) é a crítica de Bobbio, segundo a qual

quando uma cultura laica se transforma em laicismo, perde sua inspiração fundamental, que é a de não fechar-se em um sistema de ideias e de princípios definitivos de uma vez por todas [...] O espírito laico não é em si mesmo uma nova cultura, mas a condição para a convivência de todas as culturas possíveis. A laicidade é melhor expressa como um método que como um conteúdo (BOBBIO 1999: 148).

Portanto, diz-se laicismo quando há um movimento de radicalização da laicidade, transformando-se num processo fundamentalista. Passa a ser um extremo que, no fim das contas, age da mesma forma que uma religião de tons fundamentalistas, o que, para os autores, deve ser evitado.

Saindo de laicidade e passando ao conceito seguinte, secularização, vê-se que “a religião na modernidade privatiza-se, deslocando-se da esfera pública para a esfera privada das consciências individuais. Tal processo de diluição e deterioração da influência dos valores, símbolos, práticas e instituições religiosas é conhecido como secularização” (RANQUETAT JR. 2008: 60). Relacionando os dois conceitos trabalhados, a laicidade é sinal de um processo de secularização, mas o processo de laicidade é mais ligado a um caráter político que a um caráter religioso: diz mais respeito às relações institucionais e menos à crença das pessoas e à forma como as pessoas se relacionam com o sagrado.

Ranquetat Jr. (2008) e Catroga (2006) apontam que há diferença em como se deram os processos de laicidade e secularização nos países protestantes e nos países católicos. O autor brasileiro aponta tendências: o processo de laicização de países de origem católica aconteceu com um maior conflito,

2 Muito embora as afirmações do pastor-deputado Feliciano sejam pertinentes, dentro do contexto se tornam um “simulacro”, uma apresentação depreciativa de um valor do discurso oponente (MANGUENEAU 1984), no qual o pastor-deputado interpreta a resistência à imposição de pautas religiosas como sendo, na verdade, um ataque à religião.

uma maior resistência da Igreja à laicização, existindo uma secularização em um menor grau que nos países de tradição protestante. Estes, por sua vez, apresentam um menor conflito para a laicidade, com uma secularização um pouco mais avançada. Sendo assim, nos países de tradição católica há uma concorrência entre religião e Estado; nos de tradição protestante há um menor conflito para a laicidade. Ressalto, novamente, que são tendências, pois as múltiplas modernidades são singulares.

Desse parágrafo anterior ressaltamos duas questões. A primeira diz respeito às modernidades múltiplas: apenas uma visão aberta e ampla, levando em conta que ocorreram diversos tipos de movimentos de modernização globo afora, vai observar de maneira mais adequada as sociedades em suas realidades específicas, corroborando para uma leitura mais eficiente e eficaz dos fenômenos sociais. A segunda diz respeito ao nosso caso brasileiro: o que temos aqui, dado o nosso processo de secularização, é mesmo uma laicidade à brasileira, para usar os termos colocados em Mariano (2011), com suas especificidades. Há uma crítica corrente nos movimentos sociais de que não temos um Estado laico de fato, tal como propõe a Constituição Federal (SOARES 2013). À luz do que foi apresentado nos conceitos de secularização e laicidade, pode-se interpretar que as posições entre a definição religiosa do Estado e a prática efetiva, que muitas vezes aparentam ser incoerentes entre si, acontecem porque a sociedade brasileira não tem um tipo de secularização que proponha uma ausência da religião em espaços institucionais. Tal forma de secularização gera, por exemplo, a Bancada Evangélica no Congresso e alimenta o *lobby* religioso nas outras esferas de poder. Como diz Mariano (2011),

a laicidade estatal no Brasil não somente não dispõe de força normativa e ascendência cultural para promover a secularização da sociedade e para assegurar sua própria reprodução, como tem sido acuada pelo avanço de grupos católicos e evangélicos politicamente organizados e mobilizados para intervir na esfera pública. Dotadas de elevado poder religioso, econômico, midiático e político, tais instituições religiosas, na avaliação de Pierucci (1997, p. 277; 287), “gozam de situação legal francamente privilegiada” e conseguem volta e meia, através de seus lobbies e de sua representação parlamentar, forçar “uma insuportável capitulação do poder público”. A tal ponto que se avalia estar em andamento um movimento de redefinição da fronteira público/privado, um realinhamento na relação entre religião e política e uma desprivatização ou publicização do religioso como força social e política, caracterizada pela reabertura dos espaços públicos à ação organizada de instituições religiosas no país (MARIANO 2011: 254).

Entendemos a secularização como o processo que relega a religião à esfera privada. “A distinção público/privado é crucial para todas as concepções da ordem social moderna e a religião é, em si mesma, intrinsecamente conectada com a diferenciação histórica moderna da esfera pública e privada” (CASANOVA 1994: 40), ainda que a nebulosidade dessa distinção no Brasil dificulte a delimitação entre uma esfera e outra.

2. Os discursos

O total de discursos parlamentares estudados na pesquisa citada foi de 24 (RODRIGUES 2016), dos quais três falando do casamento igualitário positivamente e 21 desaprovando-o. Este artigo reú-

ne os discursos nos quais os deputados se referem diretamente à reprodução humana, representando-a como obstáculo para a aceitação da família composta por pessoas do mesmo sexo, no sentido de que a família serve (apenas) para a reprodução biológica. Os discursos que falam diretamente sobre isso são seis. Dos discursos apresentaremos os trechos pertinentes ao recorte. Os discursos na íntegra, bem como uma análise de sua inteireza, se encontram nos anexos da dissertação (RODRIGUES 2016: 140–219) e são os seguintes:

1. Pastor Marco Feliciano, PSC-SP - Data: 28/06/2011
2. Pastor Marco Feliciano, PSC-SP - Data: 10/11/2011
3. Pastor Marco Feliciano, PSC-SP - Data: 24/11/2011
4. Takayama, PSC-PR - Data: 22/05/2013
5. Ronaldo Fonseca, PR-DF - Data: 17/05/2013
6. Pastor Eurico, PSB-PE - Data: 13/06/2013

Percebe-se que aqui há dois grupos, os discursos de 2011 e os de 2013. Os de 2011 tiveram como estopim a decisão do STF, como já referido, enquanto os de 2013 tiveram como estopim a decisão do CNJ. Todos os quatro oradores são pastores de igrejas evangélicas. Na sequência, trechos dos discursos para, em seguida, tratar da análise. Os discursos já estarão com marcas de análise, que serão explicadas na seção seguinte. Os números sobrescritos junto a cada destaque estarão referidos na seção 4.2.

2.1 Pastor Marco Feliciano, PSC-SP - Data: 28/06/2011

*Como cristão aprendi a amar a todos sem distinção, o que pratico. Apenas com a ressalva de que ^{1.1}**a prática de certos atos não aceitos pela maioria da população** e ^{1.2}**uniões não convencionais não devem ser colocados como natural**, pois inclusive ^{1.3}**trata-se de uma relação impossível de dar frutos**, vindo no futuro a causar mais problemas para o próprio Judiciário, no caso de dissolução, pois é sabido, por estudos isentos de cunho científico, que ^{1.4}**uniões homossexuais**, salvo raras exceções, **são efêmeras**, causando com isso, confusão na mente dos adolescentes que, através da mídia, terão contato com esse tipo de união, tornando banal algo que sabemos ser percentualmente minoritário.*

2.2 Pastor Marco Feliciano, PSC-SP - Data: 10/11/2011

Então eu gostaria que ficasse registrado nessa casa e fosse pra Voz do Brasil, pra que o País inteiro saiba que tem pessoas aqui que defendem a família brasileira ainda, porque o nosso País tem 95% de cris...

((microfone desligado))

*...pra concluir, 95% de cristãos declarados, sr. Presidente, e nesse país nós amamos aquilo que chamamos de “família” e ^{2.5}**família**, pela Constituição Federal, **ainda é a união de um homem e de uma mulher, que gera sua prole**, o futuro da nossa Nação. Como disse Ives Gandra, um dos maiores juristas*

deste País, ^{2.6}se todos os homens desse nosso mundo se relacionassem com homens, e as mulheres, com mulheres, em um pequeno período de tempo não existiria mais a raça humana, não teria mais como esse nosso mundo sobreviver.

2.3 Pastor Marco Feliciano, PSC-SP - Data: 24/11/2011

Trata-se de uma conspiração, sim, senhoras e senhores, ^{3.7}uma conspiração contra o certo, contra a família, contra a continuidade da existência humana.

2.4 Takayama, PSC-PR - Data: 22/05/2013

Segundo Gregório, ele recebeu a notificação de que não poderia se recusar a fazer casamentos homoafetivos nessa segunda-feira, 20 de maio, mas afirmou que, desde a publicação da decisão da Justiça, já havia decidido abrir mão do cargo. “Não há lei dos homens que me obrigue a fazer aquilo que contrarie meus princípios”, alega. “Existe aí uma provocação para um grande tumulto no nosso País. ^{4.8}Deus fez o homem e a mulher para a procriação, para reproduzir. Não sei aonde vai chegar isso”.

2.5 Ronaldo Fonseca, PR-DF - Data: 17/05/2013

O casamento civil veio para proteger o que é a família. ^{5.9}O casamento civil veio pra que, pra proteger a procriação, Sr. Presidente! ^{5.10}Como é que duas pessoas do mesmo sexo vão procriar? ^{5.11}Estão querendo acabar com a raça humana!

Estão querendo, eu queria dar um alerta, o seguinte: está havendo um movimento de adoção homoafetiva. Agora eu ^{5.12}queria perguntar aos casais homossexuais, às pessoas homossexuais, que, pra mim, não é casal, é par, como eles vão adotar se essa regra passar, como é que eles vão, no futuro não vai ter filho para adotar não. Por quê? ^{5.13}Par homossexual não reproduz. Eles não vão nem poder adotar também não. Inclusive, eu sou contra a adoção homoafetiva.

2.6 Pastor Eurico, PSB-PE - Data: 13/06/2013

O conceito de família é muito bem delineado historicamente e possui um papel social muito bem definido, qual seja: ^{6.14}não somente procriar, mas também se dedicar com abdicação e renúncia dos próprios prazeres na geração, educação e condução dos filhos a uma vida adulta independente e produtiva, cujo desiderato se reforça e é plenamente presumível dos cônjuges quando a prole é comum”.

[...]

A dependência econômica entre adultos, que pode vir com o casamento, só é desejável ao Estado e à sociedade se, ^{6.15}dessa instituição familiar, possa-se cumprir a expectativa de manutenção da base da sociedade com novos cidadãos independentes.

[...]

Não se pode negar a importância da família, que é constituída pela ^{6.16}união de um homem e uma mulher com dedicação a ânimo presumido de se dedicarem e se sacrificarem em prol de seus filhos.

3. A análise

3.1 A metodologia

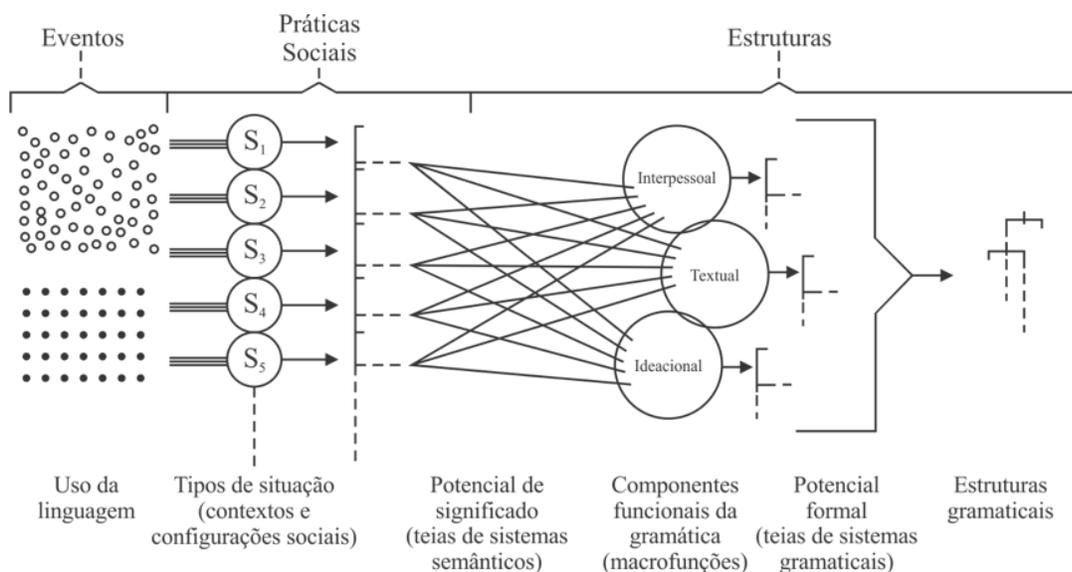
Apresentado o percurso teórico para olhar o contexto, passemos a outros recursos epistemológicos e à metodologia do artigo. A ADC nasce a partir de um diálogo entre perspectivas sociológicas e linguísticas, advindas da LSF, numa perspectiva crítica (FAIRCLOUGH 2001). Trabalhar com recursos e categorias analíticas da LSF ajuda a caminhar para diálogos aprofundados em termos de categorias teórico-metodológicas. Usamos, ainda, um desdobramento da semântica discursiva com o Sistema de Avaliatividade (MARTIN 2000; MARTIN; WHITE 2005). Ao mesmo tempo, como ampliação metodológica diante do já posto em Rodrigues (2016), apresentamos o conceito de interdiscursividade (FAIRCLOUGH 2001; 2003).

3.1.1 A perspectiva de linguagem da LSF e o sistema de avaliatividade

A LSF é uma boa ferramenta para desenvolver uma ADC porque “sua abordagem para a análise Linguística de textos é sempre orientada para as características sociais dos textos” (FAIRCLOUGH 2003: 5). Abaixo está um esquema indicando a forma como a LSF entende a realização da linguagem, sempre em contato íntimo e dialético com as práticas sociais e culturais:

FIGURA 1

Uso da Linguagem, LSF e Realismo Crítico, disponível em Rodrigues (2006: 53); adaptado de Halliday (2003 volume 3: 353 apud HASAN 2009: 173), Fairclough (2003) e Fairclough, Jessop e Sayer (2002).



Demonstrando essa relação intrínseca entre o linguístico e o social, o Sistema de Avaliatividade, tributário da LSF, tem por objetivo “estender o modelo de significado interpessoal³” (MARTIN; WHITE 2005: xi), considerando uma série de críticas feitas, à época, à forma como a metafunção interpessoal estava sendo desenvolvida. O sistema de Avaliatividade está dentro da léxico-gramática e a excede, indo ao estrato semântico (MARTIN; WHITE: 2005), sendo “um conjunto de significados interpessoais que se debruça sobre os mecanismos de avaliação veiculados pela linguagem, configurados em um sistema que oferece aos usuários possibilidades de utilizar itens avaliativos em suas interações cotidianas” (VIAN JR; SOUZA; ALMEIDA 2010: 11). Esse sistema se importa “com a construção por textos de comunidades de sentimentos e valores compartilhados, e com os mecanismos linguísticos para compartilhar emoções, gostos e avaliações normativas” (MARTIN; WHITE, 2005: 1). Sobre os estudos do Sistema da Avaliatividade no português brasileiro entendo, como Vian Jr. (VIAN JR 2012: 113), que “somente a partir dos elementos de minha cultura e de minha língua é que posso considerar tais teorias”.

Abaixo está um quadro com algumas das categorias⁴ do sistema de Avaliatividade que foram selecionadas para a análise dos dados:

QUADRO 1

Categorias do Sistema de Avaliatividade selecionadas para análise dos dados

ATITUDE				ENGAJAMENTO
POLARIDADE	REALIZADO NÃO REALIZADO	TIPO DE REALIZAÇÃO	TIPO DE ATITUDE	
Qual a polaridade da marca de Atitude? Positiva ou negativa	A marca se refere a algo que aconteceu de fato ou que se localiza no domínio hipotético? Realizada ou não realizada	A marca se realiza em um domínio mais léxico-gramatical, concretizado no texto, ou num domínio semântico, evocando o significado? Inscrita ou evocada	Qual o tipo de Atitude que concerne à marca avaliativa?	Qual o tipo de engajamento do emociador?

Ao abordar atitude, nos referimos à forma como o sujeito constrói o que fala no seu discurso, se há uma atitude em termos de afeto, julgamento ou apreciação sobre o que se fala. Essa realização pode ser inscrita, se está marcada claramente no texto, ou evocada, se evoca uma marca cultural à qual o texto se refere. Ainda, pode ser realizada, se aconteceu de fato, ou hipotética, caso não

3 A LSF possui três metafunções: ideacional, versando sobre a representação no discurso; textual, versando sobre a coesão e o ordenamento das informações no texto; interpessoal, versando sobre as relações entre os interlocutores de um discurso (HALLIDAY; MATTHIESSEN: 2004). O Sistema de Avaliatividade, por estar ligado à construção que se faz de si na interlocução, é relacionado à metafunção interpessoal, muito embora o componente ideacional seja significativo nas marcas avaliativas e a textualização possa significar de forma importante.

4 O elemento “emociador” está proposto em Rodrigues (2016: 61) para indicar um ator que “provoca emoção”, que “provê emoção”.

tenha acontecido, ao mesmo tempo em que pode ser positiva ou negativa sobre o que fala. Ao abordar engajamento, tratamos da forma como o sujeito se compromete com aquilo que fala, se de uma forma que se abre a outras vozes ou se de uma maneira que se fecha a elas. Durante as considerações sobre a leitura dos trechos, traremos mais informações sobre cada uma dessas categorias de análise.

3.1.2. A interdiscursividade

A interdiscursividade pode ser percebida pela análise do Sistema de Avaliatividade, exposta pela semântica discursiva, que demonstra as ordens de discurso presentes no discurso em análise, um discurso significativamente híbrido.

Sobre a interdiscursividade e o hibridismo discursivo, Chouliaraki e Fairclough (1999) assumem que “tanto o hibridismo é uma característica irreduzível do complexo discurso moderno, [quanto] os conceitos de ‘ordem do discurso’ e ‘interdiscursividade’ constituem um poderoso recurso para a pesquisa” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH 1999: 59), assumindo-se a condição mediada pelo discurso da vida social contemporânea. Na sequência e baseados nisso, podemos dizer que “entender o hibridismo é a chave para entender sua atividade” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH 1999: 57), isto é, a atividade dos discursos enquanto momentos das práticas sociais. Interessa notar que discurso está apresentado aqui como “um elemento da vida social que é dialeticamente relacionado com outros elementos” (FAIRCLOUGH 2003: 214–15).

A intertextualidade pode ser de dois tipos: intertextualidade manifesta e intertextualidade constitutiva. A intertextualidade manifesta é aquela em que “outros textos estão explicitamente presentes no texto sob análise: eles estão manifestadamente marcados ou sugeridos por traços na superfície do texto, como as aspas” (FAIRCLOUGH 2001: 136), não estando presentes no lastro base do texto. Entretanto, olhar para a intertextualidade constitutiva é necessário, pois é em um nível constitutivo que o interdiscurso se faz.

Esses conceitos, por sua vez, se desdobram de Bakhtin (1997), segundo o qual

nossa fala, isto é, nossos enunciados [...], estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos (BAKHTIN 1997: 315).

Julia Kristeva (1986), quando apresenta as ideias centrais de Bakhtin, reafirma que “qualquer texto é construído como um mosaico de citações; qualquer texto é a absorção e transformação de outro” (KRISTEVA 1986: 37). A intertextualidade constitutiva é denominada por Fairclough (2001) como interdiscursividade. A interdiscursividade é ferramenta para observação tanto das mudanças sociais quanto da interação social representada e efetuada nos e pelos textos.

Em 1992, Fairclough (2001) bebe desses conceitos sobre interdiscursividade apresentados por Bakhtin (1997), também desenvolvidos por Kristeva (1986). Fairclough (2003) segue tratando do discurso e da mudança social, entendendo a interdiscursividade como o indicativo do hibridis-

mo das práticas sociais e dialeticamente sinal e provocadora das mudanças sociais, vendo-a como preponderante no significado representacional, isto é, nas “diferentes maneiras de representar aspectos do mundo [levando em consideração que] diferentes discursos são diferentes perspectivas no mundo e eles estão associados com as diferentes relações que as pessoas têm com o mundo” (FAIRCLOUGH 2003: 124).

A noção de ordens de discurso é intrínseca à noção de interdiscursividade, uma vez que é a partir dos imbricamentos e interconstituições das ordens de discurso que os (inter)discursos são tecidos. As ordens de discurso são uma “combinação ou configuração de gêneros, discursos e estilos que constituem o aspecto discursivo de uma relação de práticas sociais [levando em consideração que] há sempre muitas possibilidades na linguagem, mas a escolha entre elas é socialmente estruturada” (FAIRCLOUGH 2003: 220). Podemos falar, por exemplo, de uma ordem de discurso religiosa e uma ordem de discurso educacional. Num Estado com laicidade e secularização, a ordem de discurso religiosa não deveria ser preponderante em debates políticos. Entretanto, a leitura dos discursos apresentados acima revela que a leitura de mundo que os deputados (ou pastores-deputados) fazem, tece um discurso híbrido entre o religioso e o político.

3.2 A leitura

A leitura feita foi sobre o posicionamento dos deputados quanto ao casamento igualitário, levando em conta o Sistema de Avaliatividade. Nessa análise, os números abaixo se referem aos discursos recortados:

QUADRO 2

Análise dos discursos parlamentares no recorte

ATTITUDE				ENGAJAMENTO
POLARIDADE	REALIZADO NÃO REALIZADO	TIPO DE REALIZAÇÃO	TIPO DE ATITUDE	
40 negativas	13 Não-Realizadas	29 Evocadas	22 Apreciação Reação	47 Heteroglossia Contração
33 positivas	60 Realizadas	44 Inscritas	12 Julgamento Estima social	26 Monoglossia
			59 Julgamento Sanção social	

Uma outra leitura dos recortes específicos apresentados neste artigo, na sua especificidade, apontam os seguintes números de avaliatividade para os temas ‘família’, ‘pessoas não-heterossexuais’, ‘união de pessoas não-heterossexuais’.

O quadro 3, com os seus resultados compilados, geram as informações apresentadas abaixo, no quadro 4.

As indicações do quadro 3 trazem a esse artigo uma linguagem de *hiperlink*: as indicações com as marcas que estão na tabela se referem às dos trechos colocados. Vê-se que as opiniões dos deputados são essencialmente negativas quanto aos temas família, pessoas não-heterossexuais,

QUADRO 3

Análise dos discursos parlamentares no recorte – análise um a um

	ATITUDE			TIPO DE ATITUDE	ENGAJAMENTO
	POLARIDADE	REALIZADO NÃO REALIZADO	TIPO DE REALIZAÇÃO		
1.1	Negativo	Realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Monoglossia
1.2	Negativo	Não-realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Heteroglossia contração
1.3	Negativo	Realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Monoglossia
1.4	Negativo	Realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Monoglossia
2.5	Negativo	Realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Heteroglossia contração
2.6	Positivo	Não-realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Heteroglossia contração
3.7	Negativo	Realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Heteroglossia contração
4.8	Positivo	Realizado	Inscrita	Julgamento Estima Social	Monoglossia
5.9	Positivo	Realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Monoglossia
5.10	Negativo	Não-realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Monoglossia
5.11	Negativo	Não-realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Monoglossia
5.12	Positivo	Não-realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Heteroglossia contração
5.13	Negativo	Realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Monoglossia
6.14	Positivo	Não-realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Monoglossia
6.15	Positivo	Não-realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Monoglossia
6.16	Positivo	Não-realizado	Inscrita	Julgamento Sanção Social	Monoglossia

QUADRO 4

Análise dos discursos parlamentares no recorte – condensada

POLARIDADE	ATITUDE			ENGAJAMENTO
	REALIZADO NÃO REALIZADO	TIPO DE REALIZAÇÃO	TIPO DE ATITUDE	
9 negativas	8 Não-Realizadas	0 Evocadas	15 Julgamento Sanção social	5 Heteroglossia Contração
7 positivas	8 Realizadas	16 Inscritas	1 Julgamento Estima social	11 Monoglossia

união de pessoas não-heterossexuais, como em ^{1.2}*uniões não convencionais não devem ser colocados como natural* e ^{3.7}*uma conspiração contra o certo, contra a família, contra a continuidade da existência humana*.

As realizações estão não evocadas e parte são realizadas, ou seja, relacionadas a assuntos reais e acontecidos, e metade não-realizadas, que se referem a questões ou hipotéticas ou não acontecidas. Isso revela que há uma pedagogia do medo, uma retórica do medo para levar as pessoas a

não aceitarem a União Iguitária, como em ^{2.6}*“se todos os homens desse nosso mundo se relacionassem com homens, e as mulheres, com mulheres, em um pequeno período de tempo não existiria mais a raça humana”*.

Os tipos de atitude são de julgamento, que se dirige a ações de pessoas, sendo a maior parte de sanção social, que se refere a parâmetros como ética e questões “legais”, ^{6.15}*“dessa instituição familiar, possa-se cumprir a expectativa de manutenção da base da sociedade com novos cidadãos independentes”*.

Além disso, o discurso dos deputados-pastores é essencialmente monoglóssico, ou seja, é construído de uma forma a desencorajar uma interlocução sobre o tema ‘casamento entre pessoas do mesmo sexo’, com proposições fechadas, exemplificado por ^{5.13}*“Par homossexual não reproduz”*.

4. As considerações analíticas

Quanto às considerações sobre os dados léxico-gramaticais e semânticos analisados na seção 3, evoco o conhecimento comum sobre os discursos religiosos. Já são amplamente conhecidos os posicionamentos de religiosos cristãos que, evocando uma postura tradicionalista e conservadora, defendem pautas como a proibição ao aborto e a defesa de apenas um dos modelos de família, formado por homem, mulher e filhos. A avaliatividade presente no discurso político é advinda do hibridismo do discurso religioso no fazer político, ao mesmo tempo que é fruto do hibridismo identitário dos deputados. As identidades de pastores, por parte dos sujeitos enunciadore, interferem e se confundem com a identidade de deputados desses sujeitos, justamente pelas imagens públicas dos deputados serem calcadas na amálgama entre o público e o privado, num fazer político que não tem interesse em delimitar bordas claras entre o ser parlamentar – público, e o ser religioso – privado.

Interessa dizer que esse tipo de colocação é explorada por Foucault (1988), para quem somos vitorianos em essência. Apesar dos ímpetus de mudanças, e das mudanças em si, na negociação da hegemonia o jogo de poder pende para uma percepção de sexualidade que está centrada na procriação e na qual há

um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpas [...] E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções. O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio (FOUCAULT 1988: 9–10).

Temos aqui a ordem de discurso religiosa, ao mesmo tempo que temos um discurso religioso que é assimilado pelo senso comum e reproduzido neste discurso político apresentado. Esse tipo de postura limita significativamente o que toca no aprofundamento da laicidade no Brasil, ao mesmo tempo que demonstra o tipo de secularização que temos, limitando nossa democracia. Analisar os discursos propostos sob a interdiscursividade ajuda a perceber as conexões entre o religioso e o político na sociedade brasileira, além de demonstrar a forma como esse contato se dá, uma vez que o concreto do léxico-semântico é explorado quando no sistema de avaliatividade.

Considerações finais

A questão religiosa na política brasileira é um assunto complexo e complicado. Dentre as possibilidades de leitura sociológica, elencamos aqui a visão que as modernidades múltiplas têm sobre os processos de separação entre o público e o privado e, nisso, como a secularização e a laicidade acontecem e como elas acontecem no caso brasileiro. Após essa série de questões, apresentamos a linguística e quais aportes usaríamos para observar o objeto, como se dá a interdiscursividade, num processo de imbricamento de diferentes ordens de discurso, e a observação de como está constituído o Sistema de Avaliatividade.

A análise combinada fez perceber que, no caso brasileiro, a modernidade se desenvolveu com suas idiossincrasias, como todas as outras modernidades também se desenvolveram, fazendo com que a relação existente entre religião e política no Brasil obedeça a padrões próprios e uma inter-relação complexificada que se retroalimenta. As marcas avaliativas demonstram isso e as ordens discursivas observadas a partir dessa leitura léxico-semântica, na qual os sujeitos expressam o que pensam sobre o mundo, nos fazem perceber o apontado sobre a convivência da religião nos espaços públicos.

Muito embora as militâncias de direitos humanos e afins sejam aguerridas no sentido de destruir essa influência, entendemos que bater de frente com tais questões não fará com que elas sejam destruídas, uma vez que mudanças sociais também são advindas dos processos de interdiscursividade que, tal qual no social, permite certas conexões entre ordens de discurso e restringe outras, num reorganizar discursivo-social (FAIRCLOUGH 2001). Para combater discursos religiosos preconceituosos, ao invés de extirpá-los do cenário político, que sejam alimentados com outros elementos discursivos religiosos de cunho inclusivo, modificando-os, uma vez que são parte constitutiva da cultura e importantes no ordenamento social, de tal forma que eliminá-los é eliminar parte do que somos como povo. Levando em conta que o problema não é ser religioso, mas ser fundamentalista e fechado a uma postura dialógica, algo mais que essencial em qualquer democracia, é preciso que a religião aprenda com o secular e que o secular aprenda com a religião, num diálogo democratizado. É preciso, cada vez mais, que haja contatos reais, que as partes sentem e elaborem programas de cunho humanístico, seja humanístico cristão, advindo da religião, ou de um humanismo secular. O discurso hegemônico fundamentalista é um problema nesse contexto e impede o processo de diálogo, porque não aceita o diverso: isso é que deve ser combatido.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. 1997. *Estética Da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BOBBIO, N. 1999. “Cultura Laica y Laicismo.” *Página Abierta*. 1999. <http://www.iglesiaviva.org/222/222-50-BOBBIO.pdf>.
- BRASIL. 1988. *Constituição (1988). Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1988*. Brasília. <http://migre.me/fvJ8L>.
- CASANOVA, J. 1994. *Public Religions in the Modern World*. Chicago and London: The University of Chicago Press. <http://ffm.eremsderclub.eu/public-religions-in-the-modern-jose-90451234.html>.

- CATROGA, F. 2006. *Entre Deuses e Césares: Secularização, Laicidade e Religião Civil, Uma Perspectiva Histórica*. Coimbra: Edições Almedina.
- CHOULIARAKI, L., AND FAIRCLOUGH, N. 1999. *Discourse in Late Modernity*. 1st ed. Edinburg: Edinburg University Press.
- DIAP. 2014. *Radiografia Do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019*. Brasília: DIAP. [http://www.diap.org.br/downloads/Radiografia do Novo Congresso/radiografia_do_novo_congresso_-_legislatura_de_2015_a_2019.pdf](http://www.diap.org.br/downloads/Radiografia%20do%20Novo%20Congresso/radiografia_do_novo_congresso_-_legislatura_de_2015_a_2019.pdf).
- DIAS, M. B. 2009. *União Homoafetiva*. 4th ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- DOMINGUES, J. M. 2011. *Teoria Crítica e (Semi) Periferia*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- EISENSTADT, S. N. 2001. "Modernidades Múltiplas." *Sociologia, Problemas e Práticas* 35: 139–63.
- FAIRCLOUGH, N. 2001. *Discurso e Mudança Social*. 1st ed. Brasília: Universidade de Brasília.
- FAIRCLOUGH, N. 2003. *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London and New York: Routledge.
- FELICIANO, M. 2015. "Discursos e Notas Taquigráficas — Portal Da Câmara Dos Deputados." 2015. <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>.
- FOUCAULT, M. 1988. *História Da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- KRISTEVA, J. 1986. "Word, Dialog and Novel." In *The Kristeva Reader*. New York: Columbia University Press.
- MAINGUENEAU, D. 1984. *Genèses Du Discours*. 10th ed. Bruxelles: Pierre Mardaga.
- MARIANO, R. 2011. "Laicidade à Brasileira." *Civitas* 11 (2): 238–58.
- MARTIN, J. R. 2000. "Beyond Exchange: Appraisal Systems in English." In *Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse*, edited by Susan Hunston and Geoff Thompson, 142–75. Oxford University Press.
- MARTIN, J. R., AND WHITE, P. R. R. 2005. *The Language of Evaluation: The Appraisal Framework*. 1st ed. Lecture Notes in Computer Science. New York: Palgrave Macmillan.
- MONTERO, P. 2006. "Religião, Pluralismo e Esfera Pública No Brasil." *Novos Estud. - CEBRAP*, no. 74: 47–65.
- OKIN, S. M. 2008. "Gênero, o Público e o Privado." *Rev. Estud. Fem.* 16 (2): 305–32.
- OLIVEIRA, L. A., AND FERNANDES, A. B. 2011. "Espaço Público, Política e Ação Comunicativa a Partir Da Concepção Habermasiana." *Revista Estudos Filosóficos*, no. 6: 116–30.
- RANQUETAT JR., C. A. 2008. "Laicidade, Laicismo e Secularização: Definindo e Esclarecendo Conceitos." *Tempo Da Ciência (IS)* 30: 59–72.

RODRIGUES, E. H. S. 2016. “A DEUS O QUE É DE CÉSAR: A Câmara Federal e o Casamento Igualitário, Uma Análise Linguística.” Brasília: Universidade de Brasília. http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21634/1/2016_EmanuelHenriqueSouzaRodrigues.pdf.

SOARES, L. 2013. “Entenda Porque o Estado Brasileiro Ainda Não é Laico.” *Pragmatismo Político*, 2013. <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/05/estado-brasileiro-nao-e-laico.html>.

SOUZA, J. 2000. *A Modernização Seletiva*. Brasília: Universidade de Brasília.

SUPLICY, M. 1995. “Projeto de Lei No 1151.” In *Diário Da Câmara Dos Deputados*, 5827–29. Brasília: Câmara dos Deputados. <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21NOV1995.pdf#page=41>.

TAKAYAMA, H. 2013. “Discurso Em 22/05/2013 Às 22:04.” May 22, 2013. <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=133.3.54.O&nuQuarto=133&nuOrador=1&nuInsercao=11&dtHorarioQuarto=22:04&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=22/05/2013&txApelido=TAKAYAMA&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>.

TAVOLARO, S. B. F. 2005. “Existe Uma Modernidade Brasileira? Reflexões Em Torno de Um Dilema Sociológico Brasileiro.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 20: 5–22.

TAVOLARO, S. B. F. 2014. “A Tese Da Singularidade Brasileira Revisitada: Desafios Teóricos Contemporâneos.” *DADOS – Revista de Ciências Sociais* 57 (3): 633–73.

UOL. 2014. “‘Aparelho Excretor Não Reproduz’, Diz Levy Fidelix; Veja Frases Da Semana,” 2014. <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2014/10/03/aparelho-excretor-nao-reproduz-veja-frases-da-semana.htm>.

VIAN JR, O. 2012. “Avaliatividade, Engajamento e Valoração (Appraisal, Engagement and Valuation).” *D.E.L.T.A.* 28:1: 105–28.

VIAN JR, O, SOUZA, A. A. AND ALMEIDA, F. A. S. D. P. 2010. *A Linguagem Da Avaliação Em Língua Portuguesa: Estudos Sistêmicosfuncionais Com Base No Sistema Da Avaliatividade*. São Carlos-SP: Pedro & João Editores.

EMMANUEL HENRIQUE SOUZA RODRIGUES. Graduado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA, especialista em Linguística Aplicada a Práticas Discursivas pela Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE, mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL da Universidade de Brasília – UnB e doutorando pelo mesmo programa. Atua em pesquisas balizadas pela Análise de Discurso Crítica e pela Linguística Sistêmico-Funcional junto ao Núcleo de Estudos em Linguagem e Sociedade (NeliS/CEAM/UnB). É Professor Adjunto da União Pioneira de Integração Social (UPIS).

Correo electrónico: emmanuel.animus@gmail.com

VIVIANE CRISTINA VIEIRA. Professora Adjunta da Universidade de Brasília/Depto. de Linguística, Português e Línguas Clássicas/Programa de Pós-Graduação em Linguística (UnB). Doutora e Mestre em Linguística/Linguagem e Sociedade pela Universidade de Brasília. Editora-Chefe do periódico *Cadernos de Linguagem e Sociedade* (Conceito Capes A2); Vice-Coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS-UnB) e do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC); Membro da Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso (ALED) e do Conselho Científico da Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso (RALED). Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão com o projeto Laboratório de Estudos Críticos do Discurso: reflexões.

Correo electrónico: vivianecvieira2@gmail.com